

## ACM e Ideli comentam a prisão de Maluf

"Prender políticos notáveis por desvio de dinheiro público não é usual, mas acontece", afirmou ontem a senadora Ideli Salvatti, ao comentar a prisão do ex-prefeito paulistano Paulo Maluf e de seu filho Flávio Maluf. Já o senador Antonio Carlos Magalhães, embora dizendo nada ter contra a prisão dos Maluf, apontou excessos da Polícia Federal na prisão de Flávio, que chegou algemado à carceragem da Polícia Federal.

Página 6

## Mais punição para a prática do trabalho escravo

Os bancos oficiais podem ser impedidos de conceder qualquer tipo de crédito a empresas ou pessoas envolvidas em prática de trabalho escravo ou que tenham cometido infrações ambientais. O projeto, da senadora Ana Júlia Carepa, está na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, que se reúne hoje. A mesma proposta proíbe os infratores de leis contra o meio ambiente de participar de licitações públicas.

Página 3



AUDIÊNCIAS As CPIs do Mensalão (foto à esquerda) e dos Correios retomam depoimentos depois de uma semana dedicada ao exame de documentos

# GENOINO FALA HOJE. GUSHIKEN, AMANHÃ

Ex-dirigente deve ser questionado sobre empréstimos que teriam sido tomados por Marcos Valério para o PT. Gushiken abordará relações com fundos de pensão

As comissões parlamentares de inquérito (CPIs) tomarão 11 depoimentos nesta semana. Hoje, a partir das 11h30, está previsto o depoimento de José Genoino, ex-presidente do PT, à CPI do Mensalão. A comissão pretende ouvir a versão dele sobre os empréstimos supostamente obtidos por empresas do publicitário Marcos Valério, nos

bancos Rural e BMG, em benefício do PT. Outro depoimento esperado é o de Luiz Gushiken, chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, que falará amanhã, a partir das 10h, à CPI dos Correios. De Gushiken, as CPIs querem saber o que ele tem a dizer sobre as relações com os fundos de pensão.

Página 4

## CPI ouve depoimentos e decide se convoca Palocci

Depois de cruzar informações de documentos originários da quebra de sigilos bancário, telefônico e fiscal de mais de 50 pessoas e empresas mencionadas em denúncias de corrupção, a CPI dos Bingos reúne-se hoje para tomar dois depoimentos: da deputada estadual e radialista Cidinha Campos e do advogado e membro do PT Denivaldo Henrique Almeida Araújo. Antes, a comissão decide se convoca ou não o ministro da Fazenda, Antonio Palocci.



EXAME Efraim Morais (E), presidente, e Garibaldi Alves, relator, analisaram informações relativas a mais de 50 pessoas e empresas citadas nas denúncias

Página 5

# Projeto combate discriminação a portador de HIV

Comissão de Justiça do Senado examina proposta que define crimes resultantes de preconceitos contra doentes

Página 3



**INSTRUÇÃO** Projeto também orienta país ou responsáveis quanto aos cuidados com os menores, diz Raupp

## Raupp elogia atendimento a crianças em risco

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) elogiou ontem, em Plenário, o projeto Amor e Vida, voltado para o atendimento de crianças de Porto Velho em situação de risco de desnutrição, doenças e morte. De acordo com Raupp, o programa oferece atendimento a crianças desnutridas, desidratadas, portadoras do vírus HIV e acometidas por doenças bronco-pulmonares.

– Durante a internação na Casa de Apoio, a criança recebe atenção integral, e sua família ou responsável é instruído nos cuidados para a sua criação. O projeto busca ainda a inserção da criança em nova família nos casos de abandono – explicou o senador.

Valdir Raupp informou ainda que, a despeito da falta de recursos, os integrantes do projeto Amor e Vida construíram uma estrutura capaz de atender a cerca de 4 mil crianças. Ele disse que a iniciativa foi recentemente aprovada pela Unesco (organismo das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) e passará a ser beneficiada pela arrecadação da campanha Criança Esperança, realizada em parceria com a Rede Globo.

## Plenário vota perdão a Moçambique

Na sessão de hoje, com início previsto para as 14h, os senadores podem votar o projeto de resolução que autoriza a União a renegociar a dívida do Banco de Moçambique com o Brasil

(PRS 74/05). De acordo com o Contrato de Reestruturação da Dívida, firmado em 31 de agosto de 2004, o montante é de US\$ 330,6 milhões. Parte da dívida será perdoada.



## Parlamentares do Kuwait visitam Congresso

O presidente do Senado, Renan Calheiros, tem encontro marcado às 15h30 com a comitiva de parlamentares kuwaitianos que visitam o Brasil para estreitar relações políticas, econômicas, culturais e institucionais entre

os dois países. Renan conversa ainda com David Zylbersztajn, presidente do Conselho de Administração da Varig, às 11h30, e com o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), às 18h30.

## Comissões debatem projeto sobre florestas públicas

Em reunião conjunta, as comissões de Assuntos Econômicos, de Constituição e Justiça e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e

Controle discutem hoje o projeto que elabora um modelo para a gestão das florestas públicas (PLC 62/05). A audiência pública terá início às 9h30.

## CPI dos Bingos decide convocação de Palocci

A partir das 11h, a radialista e deputada estadual (RJ) Cidinha Campos e o advogado Denivaldo Almeida Araújo depõem na CPI dos Bingos, que deve

ainda decidir sobre a convocação do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. No mesmo horário, a CPI da Emigração Ilegal promove reunião administrativa.

## Mensalão e Correios retomam depoimentos

A CPI do Mensalão toma depoimento do ex-presidente do PT José Genoino, às 11h30. Às 14h, estão previstas reuniões das sub-relatorias da CPI dos Correios. A que analisa contratos da estatal vai ouvir representantes da Skymaster e da Novadata, enquanto a que investiga a movimentação do empresário Marcos Valério vai questionar a presidente do Banco Rural, Kátia Rabelo.



## Transparência via Internet

Em pauta na reunião da Comissão de Educação, às 11h, projeto que disciplina o uso do correio eletrônico pela Internet (PLS 279/03), além da proposta que prevê a publicação, na Internet, das informações sobre a gestão das prestadoras de serviços públicos (PLS 211/05). Às 9h30, a Comissão de Infra-Estrutura analisa projeto que acaba com a cobrança da assinatura básica pelas empresas de telefonia.

## Incentivo aos maiores de 40

Além do projeto da gestão das florestas públicas, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) também deve analisar, às 11h30, o projeto do senador Marcelo Crivella (PL-RJ) que estimula a contratação de pessoas com idade superior a 40 anos. Às 14h30, haverá reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO). Na pauta, abertura de créditos especiais e suplementares em favor de diversos ministérios.

**Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)**



**INVESTIMENTO** Serys afirma que, com aumento do FPM, municípios terão R\$ 1,4 bilhão a mais por ano para investir

## Serys defende maior percentual para o FPM

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) defendeu, em Plenário, o aumento de 22,5% para 23,5% no percentual do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), previsto na reforma tributária que tramita na Câmara dos Deputados.

A senadora afirmou que “as justas e antigas reivindicações” dos prefeitos brasileiros refletem uma crítica ao modelo centralizador de distribuição dos recursos pela União, “que vem massacrando cada vez mais os municípios brasileiros”.

– Deixar o dinheiro em Brasília é sacrificar o povo. Arrochar ainda mais as prefeituras é diminuir diretamente a sua capacidade de investimento – disse a senadora.

O FPM é formado por 22,5% das receitas federais arrecadadas pela União, principalmente com o Imposto sobre Renda e Proventos de qualquer Natureza e com o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Com o aumento do percentual do FPM, avaliou Serys, os municípios do país terão algo em torno de R\$ 1,4 bilhão a mais por ano.

### Audidores do Trabalho

Serys também registrou a realização do 23º Encontro Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, em Cuiabá, entre 11 e 16 deste mês. De acordo com a senadora, o encontro é promovido pelo sindicato nacional da categoria e simboliza a luta dos auditores por melhores condições de trabalho.

A senadora lembrou o assassinato de quatro servidores do Ministério do Trabalho em janeiro de 2004, na cidade de Unaí (MG). Ela registrou sua indignação pela libertação, através de um *habeas corpus* conseguido no Supremo Tribunal Federal (STF), do principal suspeito de ser o mandante do crime, o fazendeiro Norberto Mânica. Preso na penitenciária de Contagem (MG), Mânica foi solto na madrugada de ontem.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros  
**1º Secretário:** Efraim Moraes  
**2º Secretário:** João Alberto Souza  
**3º Secretário:** Paulo Octávio  
**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos  
**Suplentes de Secretário:** Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Mikhail Lopes  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 3311-1620  
**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670  
**Edição:** Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

## Maciel é a favor da proibição da venda de armas

O senador Marco Maciel (PFL-PE) anunciou ontem ser favorável à proibição da venda de armas de fogo e munição, a ser decidida dia 23 de outubro, por meio de referendo popular. O parlamentar considera importante, no entanto, a população estar consciente de que a medida não é suficiente para acabar com a violência no país e que é preciso, portanto, estudar outras saídas para o problema.

Maciel acredita que um referendo não seria o melhor instrumento para se decidir sobre o desarmamento no país. Na sua opinião, o Congresso Nacional poderia ter apontado uma solução mais adequada para a questão.

– Pelo alcance da matéria, a questão da proibição da venda de armas poderia ser decidida pelos próprios congressistas, que conhecem bem o assunto. A consulta popular tem suas desvantagens, pois elimina o debate – analisou.

Embora pesquisas demonstrem que a campanha pelo



**DESAFIO** Marco Maciel lembra que desarmamento não é suficiente para acabar com a violência no país

desarmamento tem contribuído para reduzir o número de mortes por homicídio e de vítimas de ferimentos graves, o parlamentar observa que o Brasil ainda convive com altos índices de violência. Diante dessa realidade, Maciel crê que a redução da criminalidade não deve perder de vista questões de ordem socioeconômica.

Assim, Maciel considera fundamental a preservação da família, o combate às drogas, investimentos em saúde e educação, e políticas de inclusão social. O senador assinalou ainda a necessidade de o Ministério Público participar do combate à impunidade e de o poder público e a sociedade civil “melhorarem os níveis de coesão social”, atuando em parceria para enfrentar desafios como a violência.

## Pavan denuncia reparos malfeitos em estradas de SC

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) protestou ontem, em Plenário, contra reparos malfeitos nas estradas do município de Concórdia (SC). De acordo com o parlamentar, funcionários de empresas contratadas pelo estado estariam realizando uma operação tapa-buracos fora dos padrões recomendados.

O senador apontou e lamentou o desperdício de recursos públicos nesse serviço e disse ter alertado, sem sucesso, as autoridades competentes



**APELO** Pavan lamenta desperdício de recursos e pede fiscalização das empresas contratadas para as obras

para o problema. Reforçando seus apelos, Leonel Pavan reivindicou uma fiscalização rigorosa do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) nas empresas contratadas ou que venceram concorrência para esse tipo de obra.

# Discriminação a aidético pode resultar em prisão

■ É o que determina projeto de Serys Slhessarenko, que tramita em decisão terminativa na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar na reunião de amanhã, em decisão terminativa, substitutivo do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) a projeto da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) que define os crimes resultantes de discriminação ao portador do vírus HIV e ao doente de Aids. O objetivo do PLS 51/03, segundo Serys, é combater a segregação social que atinge essas pessoas.

O substitutivo prevê a pena de detenção de um a quatro anos e multa para quem impedir a permanência, como aluno, do portador de HIV em estabelecimento de ensino de qualquer grau, público ou privado. Na mesma pena incorre quem negar emprego, exonerar ou demitir, segregar no ambiente de trabalho ou



**BENEFÍCIO** Comissão de Justiça também examina projeto que estende a prioridade na tramitação de atos judiciais aos portadores de doenças graves

escolar, recusar atendimento de saúde e divulgar a condição de portador do HIV ou de doente de Aids com o intuito de ofender-lhe a dignidade.

A proposta original previa pena de três a cinco anos de reclusão para quem descumprisse a lei, mas para o relator, que considera o projeto “oportuno”, a medida é “exacerbada”.

– Para efeito de comparação, os crimes de discriminação de pessoas portadoras de necessidades especiais, definidos na Lei 7.853/89, são punidos com reclusão de um a quatro anos e multa – explicou o senador.

Também está na pauta da CCJ, em decisão terminativa, projeto de César Borges (PFL-BA) que estende a prioridade na tramitação de atos judiciais, já garantida às pessoas com mais de 65 anos, aos portadores de doenças graves (PLS 145/04). A proposta, que reduz para 60 anos a idade para que os idosos tenham direito ao benefício, recebeu parecer favorável do senador José Jorge (PFL-PE).

Ainda em pauta o projeto que prevê a criação de um cadastro positivo de bons pagadores nos sistemas de proteção de crédito.

## Comissão analisa acordo de cooperação com a Ucrânia

O acordo de cooperação na área de energia firmado entre o Brasil e a Ucrânia em 2002 será analisado na quinta-feira pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A aprovação do entendimento entre os dois países está prevista no Projeto de Decreto Legislativo 350/05, que tem parecer favorável de Cristovam Buarque (sem partido-DF), presidente da comissão.

Entre os oito demais itens da pauta da CRE está o Projeto de Decreto Legislativo 361/05,

que aprova o texto do Acordo Regional de Cooperação para a Promoção da Ciência e Tecnologia Nucleares na América Latina e no Caribe (Arcal), celebrado em 1998 no âmbito da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). O projeto conta com parecer favorável do relator, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Ainda na área de energia nuclear, será analisado pela comissão o Projeto de Decreto Legislativo 362/05, igualmente com parecer favorável de



**APROVAÇÃO** Relator da matéria, Cristovam acolhe entendimento que prevê ações na área de energia

Azeredo, que aprova o texto da Convenção Conjunta sobre o Gerenciamento Seguro de Combustível Irradiado e dos Rejeitos Radioativos – também celebrada no âmbito da AIEA, em 1997.

## Proibição de empréstimo a quem explora trabalho escravo

A proibição de concessão de qualquer tipo de crédito a empresas e pessoas envolvidas em prática de trabalho escravo ou que tenham cometido infrações ambientais é a proposta da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) para ajudar nos programas governamentais de erradicação dessas atividades criminosas no país.

A matéria está na pauta da reunião de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com parecer favorável do relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP). O projeto impede ainda a participação, em licitações públicas, dos infratores de leis contra o meio ambiente.

Na justificativa, Ana Júlia

esclarece que seu projeto (PLS 108/05) visa colaborar com o governo federal na erradicação do trabalho escravo e prevê penas mais severas para quem comete crimes ambientais. As proibições serão aplicadas após julgamento em última instância administrativa e mantidas por cinco anos no caso de reincidência.

Ana Júlia reconhece que há iniciativas positivas do Executivo para o combate ao trabalho escravo.

Há outras 34 proposições na pauta da CAE. Na primeira parte da reunião, será debatido, em audiência, o projeto do Executivo que trata da gestão de florestas públicas para a produção sustentável.



**RIGOR** Proposta de Ana Júlia também veda empréstimo a envolvidos em crime ambiental



Luiz Gushiken fala amanhã sobre indicação de cargos na CPI dos Correios. Hoje é a vez de Genoino depor na CPI do Mensalão. Mão Santa compara José Dirceu ao senador romano Catilina. José Agripino reclama da paralisia do governo federal



**PRETENSÃO** Mão Santa diz que ex-ministro queria se eternizar no poder depois do mandato de Lula

## Mão Santa compara Dirceu a Catilina

O senador Mão Santa (PMDB-PI) sustentou que o deputado e ex-ministro José Dirceu “é uma espécie de Catilina da era Lula”, com uma diferença: o senador romano Catilina conspirava contra a República romana, enquanto José Dirceu “conspirava com alguns petistas de sua confiança” uma forma de assumir e se eternizar no poder depois do mandato do presidente Lula.

Mão Santa leu trechos dos discursos do cônsul romano Cícero (*Catilinárias*), que levaram Catilina à derrota. Afirmou que, segundo Cícero, o bom orador é aquele que junta eloquência e sabedoria.

– Sabedoria sem eloquência pouco adianta, mas eloquência sem sabedoria prejudica muitíssimo. Lula fala sem sabedoria. Ele vai para um palanque e fala muito, mas sem sabedoria – disse.

Mão Santa leu parte de uma entrevista do professor Plínio de Arruda Sampaio Jr., do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, na qual ele defende a urgência de se redistribuir renda no Brasil, país que tem “a segunda pior distribuição de renda do mundo, perdendo apenas para Serra Leoa, na África”.

# CPI ouve empresários hoje e Gushiken amanhã

Os depoimentos à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios que foram adiados em virtude das comemorações da Semana da Pátria serão tomados durante esta semana. Hoje, os parlamentares ouvem sócios da Skymaster e da Novadata, empresas acusadas de recebimento de benefícios indevidos nos contratos firmados com os Correios, e a presidente do Banco Rural, Kátia Rabelo. Amanhã, às 10h, o ex-ministro Luiz Gushiken, atual chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, prestará depoimento. Ainda nesta semana, a CPI deverá divulgar mais um relatório parcial.

Luiz Gushiken seria um dos membros do governo que coordenavam as indicações dos cargos públicos, especialmente as chefias dos fundos de pensão das estatais, que estão sob suspeita de tráfico de influência na CPI dos Correios. A Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica da Presidência da República, que ele chefiava até recentemente, foi acusada ainda de interferir indevidamente na escolha das agências de publicidade em benefício das empresas de Duda Mendonça e de Marcos Valério Fernandes de Souza.

### Sub-relatorias

Hoje, a Sub-Relatoria de Contratos, coordenada pelo deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), deve ouvir, a partir das 14h, João Marcos Pozzetti, Américo Proietti e Hugo César Gonçalves, representantes da empresa Skymaster. Às 17h, ouve o presidente da Novadata, Mauro Dutra. As duas empresas mantêm contratos com os

Correios.

Ainda hoje, a sub-relatoria que investiga a DNA, a SMP&B e as fontes financeiras dos recursos irregulares, o cargo do deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), ouve, às 14h, a presidente do Banco Rural. Na quinta-feira, a CPI dos Correios realiza reunião administrativa, quando serão entregues os novos relatórios parciais elaborados com os dados telefônicos e a rota do dinheiro proveniente dos empréstimos tomados pelo empresário Marcos Valério.

A agenda para a próxima semana também já foi determinada. O banqueiro Daniel Dantas, do Opportunity, será ouvido na quarta-feira (21), a partir das 10h, no plenário da comissão.

Antes, na terça-feira (20), a Sub-Relatoria de Contratos vai ouvir Maurício Madureira, ex-diretor de Operações dos Correios, a partir das 14h. Já os dirigentes da empresa Beta (Brazilian Express Transportes Aéreos Ltda.) – Ioannis Amers-

sonis, Michel Abud Atie Júnior e Antonio Augusto Leite Filho – iniciam seus depoimentos às 17h.

A sub-relatoria que investiga a DNA, a SMP&B e as fontes financeiras ouve no mesmo dia, às 14h, o representante do Banco BMG Ricardo Guimarães e, às 17h, Rogério Tolentino, sócio de Marcos Valério. Na quinta-feira (22), a CPI realiza reunião administrativa.

### Expectativa

Segundo o relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), é grande a expectativa em torno do depoimento do chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Luiz Gushiken, que ocorrerá amanhã.

– Queremos saber até onde ele tinha informações sobre os contratos de publicidade e sua relação com os fundos de pensão. Acreditamos que os fundos podem ser a fonte que alimentava o “propinoduto” – disse o relator.



**ESVAZIAMENTO** Agripino comenta ausência de prefeitos nos corredores do Congresso Nacional

## Agripino critica paralisia do governo federal

O senador José Agripino (PFL-RN) disse ontem em Plenário estar preocupado com a paralisia do governo. Ao notar a ausência nos corredores do Congresso da legião de prefeitos que costumava vir a Brasília em busca de saídas para suas reivindicações, Agripino afirmou ter decidido viajar ao interior do Rio Grande do Norte para descobrir o motivo desse desaparecimento.

– Eles me disseram que não têm mais o que fazer aqui em Brasília porque o governo parou. A crise de credibilidade e de honestidade do governo do PT fez o país estancar – declarou.

Agripino repudiou a apresentação da prisão do ex-governador Paulo Maluf como uma “obra de governo”. Ele admitiu que Maluf deve pagar, mas se recusou a aceitar que “atirem com pólvora alheia”, referindo-se à investigação nas contas pessoais do ex-governador de São Paulo realizada, há vários anos, pelo Ministério Público e pela Polícia Federal. Segundo ele, o PT teria autoridade moral para comemorar a prisão se tivesse ajudado a instalar a CPI dos Correios e a investigar a atuação de Waldomiro Diniz junto à Casa Civil.



**FÔLEGO** Membros da comissão parlamentar de inquérito terão trabalho intenso nesta semana; as sub-relatorias também já estão com agenda cheia

## José Genoino fala hoje na CPI do Mensalão

Hoje, a partir das 11h30, o ex-presidente do PT José Genoino deve depor na CPI do Mensalão. A comissão quer ouvir sua versão sobre os empréstimos obtidos pelo partido junto aos bancos Rural e BMG, contratados por meio das empresas

de Marcos Valério Fernandes. Genoino teria sido avalista de dois desses empréstimos.

Amanhã, a comissão ouvirá o tesoureiro informal do PP, João Cláudio Genu, e o presidente do partido, deputado Pedro Corrêa (PE). Genu estaria in-

cluído na lista de sacadores de dinheiro das empresas de Marcos Valério, que o teria apontado como recebedor de R\$ 4,1 milhões. Em depoimento à Polícia Federal, o tesoureiro informal teria dito que levava os pacotes de dinheiro para o

escritório do PP no Senado. A CPI poderá apresentar relatório parcial com resultados do cruzamento de informações da Receita Federal, do Banco Central, de companhias telefônicas, do Banco do Brasil e de bancos privados.



Ministro foi envolvido em denúncias de corrupção pelo advogado Rogério Buratti, seu ex-secretário de governo em Ribeirão Preto

## CPI dos Bingos decide hoje se convoca Palocci

Depois de uma semana de análise de dados oriundos de quebra de sigilos bancário, telefônico e fiscal de mais de 50 pessoas e empresas mencionadas em denúncias de corrupção, a CPI dos Bingos volta a se reunir hoje, a partir das 11h, para ouvir os depoimentos da deputada estadual e radialista Cidinha Campos (PDT-RJ) e do advogado e membro do PT Denivaldo Henrique Almeida Araújo.

Antes disso, o presidente da CPI, senador Efraim Morais (PFL-PB), deverá colocar em votação requerimento do senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) que convoca, para depor, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci. O senador lembrou que, ao depor pela primeira vez na CPI, em 9 de agosto, o advogado Rogério Tadeu Buratti – secretário de Palocci, quando este foi prefeito de Ribeirão Preto (SP), e demitido após denúncias de corrupção – informou não ter tido contato com Palocci desde que ele assumiu a Fazenda.

– Mas a quebra do sigilo telefônico de Buratti comprovou que ele, por diversas vezes, telefonou para o ministro – res-



**OITIVAS** Comissão tem marcados os depoimentos da deputada e radialista Cidinha Campos e do advogado e membro do PT Denivaldo Henrique Araújo

saltou Mesquita Júnior.

A intenção de convocar Palocci ganhou força depois que Buratti, no seu segundo depoimento à CPI, em 25 de agosto, reiterou denúncias que havia feito ao Ministério Público de que a empresa Leão & Leão pagava propina de R\$ 50 mil mensais à prefeitura de Ribeirão no período da gestão de Palocci. O dinheiro, contou Buratti, era arrecadado pelo então secretário de Fazenda, Ralf Barquete – já falecido –, e repassado a Delúbio Soares, então tesoureiro do PT.

A CPI decidiu convocar Cidinha Campos ao aprovar requerimento de autoria do senador Leonel Pavan (PSDB-SC), por

entender que a deputada, “como radialista e profunda conhecedora da política do estado do Rio de Janeiro”, poderia ajudar a elucidar fatos que envolvem casas de bingo com lavagem de dinheiro e a participação de políticos com o crime organizado no Rio.

O outro a depor hoje, o advogado e membro do PT Denivaldo Henrique Almeida Araújo, é acusado de participar das negociações que resultaram na renovação do polêmico contrato, assinado em 2003, entre a multinacional Gtech e a Caixa Econômica Federal para gerenciar todo o sistema de informática das loterias federais.

## Comissão de Sindicância da Câmara aprova relatório

O relatório da Comissão de Sindicância da Corregedoria da Câmara dos Deputados sobre as denúncias de corrupção envolvendo parlamentares foi aprovado por unanimidade na tarde de ontem.

O documento elaborado pela comissão, que tem como relator o deputado federal Robson Tuma (PFL-SP), apóia a recomendação de perda de mandato de 18 deputados federais, feita pelas CPIs dos Correios e do Mensalão. Ele será anexado ao parecer que o corregedor Ciro Nogueira (PP-PI) deverá encaminhar hoje à Mesa diretora da Câmara. Esse parecer deve ser votado ainda hoje e, na seqüência, os processos contra os parlamentares deverão ser

encaminhados ao Conselho de Ética da Casa.

O relatório – que traz nos anexos 13 caixas com 16 mil páginas, incluindo notas taquigráficas de depoimentos prestados às CPIs, à Polícia Federal e ao Ministério Público – aponta “indícios de irregularidades”, mas o relator prefere não falar em “mensalão” e enfatiza que, neste momento, “o objetivo é a apuração dos fatos”.

Robson Tuma procurou deixar claro que “o entendimento da Comissão de Sindicância tem se alinhado ao das CPIs”, e afirmou acreditar que o trabalho dos três órgãos deve convergir, “no sentido de coibir lacunas e enriquecer a apuração dos fatos”.

## Deputado Carlos Rodrigues renuncia

O deputado Carlos Rodrigues (PL-RJ) comunicou ontem à Secretaria Geral da Mesa da Câmara sua renúncia ao mandato. O nome dele está entre os 18 que constam do relatório das CPIs dos Correios e do Mensalão como tendo recebido recursos ilegais do PT.

A renúncia ocorreu um dia antes da reunião da Mesa que deve decidir sobre a abertura dos processos contra os deputados citados no documento. Depois de iniciado, o processo não é interrompido pela renúncia e, se a decisão do Plenário for desfavorável a ele, o deputado perde seus direitos políticos.



**CATALISADOR** Proposta de Jorge Bornhausen pode facilitar a realização da reforma política

## Bornhausen quer que tribunais elaborem leis

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) anunciou ontem que pretende apresentar uma proposta de emenda à Constituição para permitir que o Supremo Tribunal Federal (STF) e outros tribunais superiores possam elaborar leis delegadas. Ele argumentou que essa medida deve facilitar a realização da reforma política.

– Esses tribunais poderiam legislar sobre Direito Processual, penal, eleitoral, partidário, civil e do trabalho. Eles poderiam propor soluções para o emaranhado de leis que dão oportunidades para a protelação dos processos – disse o senador, observando que a lentidão da Justiça eleva o risco político e diminui a segurança jurídica no país.



**EMPENHO** Rodolpho Tourinho deverá apresentar sua terceira proposta de atualização do código

## Tourinho celebra Código de Defesa do Consumidor

Os 15 anos de existência do Código de Defesa do Consumidor, criado em 11 de setembro de 1990, foram destacados ontem pelo senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). O parlamentar reconheceu que graças ao código houve mudanças que melhoraram as condições de vida do consumidor.

– No entanto, como as relações comerciais no mundo moderno e globalizado são extremamente dinâmicas, é natural que estejamos, nós,

Bornhausen ressaltou que os tribunais superiores são casas isentas e poderão fazer uma reforma política e eleitoral capaz de produzir eleições mais transparentes, caso o Congresso não aprove os projetos de reforma a tempo. O senador manifestou-se preocupado com o pouco prazo que resta para a aprovação das reformas política e eleitoral que tramitam na Câmara dos Deputados e que já passaram pelo Senado. Para valerem nas próximas eleições, essas mudanças precisam ser acolhidas até 30 de setembro.

Na avaliação de Bornhausen, a pauta da Câmara e as denúncias de corrupção que envolvem o presidente daquela Casa, Severino Cavalcanti, podem dificultar a aprovação das reformas. Ele observou ainda que, se ao discutir a reforma política cada parlamentar se preocupar com seu caso pessoal, a aprovação da matéria demorará muito.

Atualmente, a Constituição permite que apenas o Poder Executivo elabore leis delegadas. O Congresso Nacional precisa, entretanto, autorizar a elaboração dessas leis e determinar limites para elas, caso a caso. Na autorização que expedir, o Congresso também pode estabelecer que a lei só entre em vigor após ser referendada, em seção conjunta, pela Câmara e pelo Senado.

legisladores, sempre atentos para a adequação do código às novas práticas e realidades dos mercados – afirmou.

Dentro dessa perspectiva, Tourinho comunicou ao Plenário que, nos próximos dias, apresentará sua terceira proposta, que visa à atualização da Lei 8.078, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor. O projeto, disse o senador, deverá introduzir no código questões como a compra e venda de produtos e serviços por meio da Internet.

### Multa

O primeiro projeto que Tourinho apresentou para modificar o código fixa multa ao fornecedor em caso de descumprimento do prazo de entrega. O texto está sendo apreciado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A outra proposta de autoria do senador dispõe sobre a proteção do consumidor, assegurando a ele gratuidade dos serviços de informação acerca dos produtos e os serviços fornecidos.



CORRUPÇÃO

Iris de Araújo apela para votação urgente da minirreforma política. Alvaro e Virgílio criticam a viagem do presidente Lula à Guatemala. ACM condena atitude da Polícia Federal de algemar Flávio Maluf. Ideli vê "valor emblemático" na prisão de Paulo Maluf

## Alvaro condena viagem do presidente em momento de crise

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva por fazer viagens internacionais durante a crise política, "como se nada de grave estivesse acontecendo". Para o senador, as viagens são parte de uma estratégia do presidente para enfrentar a crise.

– É uma tentativa explícita de

transferir a responsabilidade para o Congresso Nacional e para os partidos da base, reduzindo o impacto sobre o PT. Mas é visível a responsabilidade do Poder Executivo, que é o corruptor – afirmou.

Para Alvaro, a visita do presidente à Guatemala não tem motivações suficientes para fazê-lo sair do Brasil no mo-

mento atual. A imprensa daquele país, observou, não considera relevante a visita, durante a qual deve ser assinado um memorando de entendimento na área política.

Alvaro pediu ainda que seja votado requerimento de sua autoria solicitando que o Tribunal de Contas da União faça auditorias nos empréstimos do

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a construção de obras no exterior.

O senador leu trechos de um artigo da socióloga Maria Lúcia Victor Barbosa, da Universidade do Norte do Paraná, em que ela critica o lançamento da pedra fundamental da Rodovia Transoceânica.



Roosevelt Pinheiro

**RAZÃO** Alvaro Dias afirma que não há motivação suficiente para a viagem do presidente à Guatemala

## ACM: Flávio Maluf não precisava ter sido algemado

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) protestou contra a forma como foi conduzida a prisão de Flávio Maluf, filho do ex-prefeito Paulo Maluf. De acordo com o senador, a Polícia Federal, transportada pelo preso em seu helicóptero, fez questão de algemar Flávio para que a cena fosse mostrada na televisão.

Antonio Carlos disse não ser contra a prisão dos Maluf, mas condena o modo como Flávio foi tratado.

O senador cobrou da Mesa resposta do Ministério da Educação a documento do Senado manifestando a posição contrária do Parlamento a uma refor-



**IMAGEM** Para Antonio Carlos, a Polícia Federal queria a cena do filho de Maluf algemado veiculada pela TV

ma universitária por decreto. Na presidência dos trabalhos, Tião Viana (PT-AC) respondeu que esteve em audiência com o ministro da Educação, Fernando Haddad, que confirmou o recebimento do documento. Segundo Haddad, o projeto da reforma universitária está na Casa Civil e será enviado ao Congresso como projeto de lei para ampla discussão.

## Prisão de Maluf é emblemática, afirma Ideli

A prisão do ex-prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, e de seu filho, Flávio Maluf, teve "valor emblemático", disse a senadora Ideli Salvatti (PT-SC). Ela ressaltou que o fato ficará registrado na história do país.

A senadora afirmou esperar que as prisões deixem de abrigar apenas "pobre, preto e prostituta", como diz o ditado popular, e passem a acolher também aqueles que cometeram crimes contra o patrimônio público.

Ideli apresentou informações da Polícia Federal (PF) contabilizando 99 operações especiais – sendo 58 de combate à corrupção – desde janeiro de 2003. Ela



**JUSTIÇA** Ideli espera a prisão de todos os que cometeram crimes contra o patrimônio público

parabenizou a PF e o ministro Márcio Thomaz Bastos.

Segundo a senadora, as prisões de Paulo e Flávio Maluf foram requeridas pelo procurador Pedro Barbosa Pereira Neto, que vê "razões de sobra" para que eles permaneçam presos por um longo período. Ela destacou ainda a atuação do Ministério Público para reparar os recursos desviados.

## Iris pede que deputados votem mudanças eleitorais

Preocupada com a fragilidade do sistema partidário brasileiro, a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) pediu aos deputados federais que aprovem o mais rápido possível a minirreforma eleitoral de emergência, de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC). Ela disse acreditar que essa aprovação é o primeiro passo no caminho de uma reforma política capaz de viabilizar um sistema partidário "alicerçado em projetos, idéias e ideais".

– No Brasil, formam-se partidos sem representação popular, artificiais, desprovidos de referencial histórico. O interesse é, quase sempre, servirem como siglas de aluguel – argumentou a parlamentar.



**CAMINHO** Segundo Iris de Araújo, a aprovação da minirreforma é o início de um novo sistema partidário

A senadora por Goiás fez um retrospecto da história do PMDB, destacando seu papel na luta pela redemocratização, e se posicionou como inte-

grante do "bloco autêntico" do partido.

– Minha presença no bloco autêntico do PMDB não é uma decisão de agora, mas uma opção que fiz lá atrás, no chão raso da luta contra a ditadura, quando todo o PMDB se desenhava assim: autêntico nos seus ideais pelas liberdades, autêntico na sua determinação de transformar o Brasil, autêntico nas suas grandiosas jornadas pela paz e pela mais ampla justiça social – disse.

Em aparte, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) lembrou que, para que as novas regras prevaleçam já nas eleições do próximo ano, a minirreforma precisa ser aprovada ainda este mês.

## Virgílio: Lula faz barulho, mas não mostra resultado

O senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) utilizou ontem a expressão "firinfimfin" para definir o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O parlamentar disse que, inventada pelo povo, a palavra corresponde à gestão petista porque significa muito barulho para nenhum resultado.

– Cornetear é o que o presidente Lula vai fazer, a pretexto de vender etanol, na viagem à Guatemala – exemplificou.

O presidente viajou ontem à Guatemala para um encontro com o presidente Oscar Berger e governantes de Belize, Costa Rica, Salvador, Panamá,

Honduras, Nicarágua e República Dominicana, no qual pretende discutir a ampliação dos investimentos brasileiros nos oito países do Sistema de Integração Centro-Americana (Sica) e oferecer a tecnologia necessária para produzir etanol (álcool combustível).

O senador criticou o imprevisto, a falta de planejamento e o marketing exagerado do governo. Ele pediu a inclusão nos Anais do Senado de matéria da jornalista Mônica Bérnago, publicada pela *Folha de S. Paulo* no domingo, sobre a suposta agência de modelos Jeany Mary Córner e a entrevista do



Célio Azevedo

**DESAPROVAÇÃO** Arthur Virgílio critica a falta de planejamento e o marketing exagerado do governo

vice-presidente, José Alencar.

Ao comentar a decisão de Severino Cavalcanti de permanecer na presidência da Câmara, Arthur Virgílio opinou que o governo estimulou o deputado a não deixar o cargo. Para o tucano, o governo usa de "uma alegação medíocre" para apoiar Severino.

## Renan participa do lançamento do livro *ABC das Alagoas*

O presidente do Senado, Renan Calheiros – *foto* – participa nesta quinta-feira, às 20h, na Academia de Letras de Alagoas, em Maceió, do lançamento do livro *ABC das Alagoas – Dicionário Bibliográfico, Histórico e Geográfico de Alagoas*. A obra, de autoria do professor Francisco Reynaldo

Amorim de Barros, é fruto de ampla pesquisa sobre a cultura, a economia e a história do estado.

Resultado de um trabalho de mais de oito anos, o livro é composto de dois volumes que somam mais de mil páginas.

No livro, Reynaldo cita uma história bem antiga. Ele conta

que Jaime de Alatavila, em sua *História da Civilização das Alagoas*, sustenta que o primeiro ponto avistado pela frota portuguesa de Cabral “é de se presumir que tenha sido um dos cabeços da Serra da Nacêa, no município alagoano de Anadia”. Alatavila continua, na citação de Reynaldo: “Esta

é a nossa opinião, fundamentada no erudito historiador pernambucano Fernandes Gama e em Alexandre von Humboldt, os quais afirmam que as primeiras terras avistadas pela armada portuguesa estavam localizadas a 10º de latitude sul, por consequência entre Jequiá e Coruripe”.



Jane Araújo



**DEBATE** Conselho de Comunicação promove audiência pública para analisar inter-relação dos setores de telecomunicação, radiodifusão e informática

## Especialistas falam sobre convergência tecnológica

A Constituição de 1988 e a legislação em vigor não regulamentam de forma eficaz os setores de telecomunicação, radiodifusão e informática, pois não prevêem o fato de que os serviços prestados por empresas desses ramos muitas vezes estão inter-relacionados. A observação foi feita pelo conselheiro Roberto Wagner durante a audiência pública “Convergência Tecnológica dos Meios de Comunicação”, realizada na manhã de ontem pelo Conselho de Comunicação Social (CCS) – órgão auxiliar do Congresso Nacional. Segundo Wagner, os constituintes não poderiam prever o rápido desenvolvimento tecnológico.

Para o presidente da Tim-Brasil, Mário César Pereira de Araújo, não existe divergência entre os ramos, mas oportunidades de negócio. Ele salientou que cada empresa é especializada em produzir conteúdo ou tecnologia.

Tanto a falta como o excesso de legislação sobre convergência tecnológica dos meios de

comunicação, na opinião de Claudionor Coelho, membro do conselho técnico da Sygnus e consultor da Rede Fácil/Unibanco, privilegiam as grandes empresas. Para ele, as políticas de governo não estimulam as pequenas e microempresas.

### Fusão

A possível fusão entre a Sky e a DirecTV – ambas TVs por assinatura via satélite – foi motivo de polêmica. Antônio de Pádua Telles de Carvalho, vice-presidente executivo da Rede Bandeirantes e representante das empresas de televisão no CCS, afirmou que a fusão levará ao monopólio do setor por uma grande empresa estrangeira: a NewsCorp, comandada pelo empresário Rupert Murdoch.

Berenice Isabel Bezerra, representante dos artistas no CCS, disse que esse monopólio seria de 95% do mercado. Mas Francisco Araújo Lima, consultor jurídico das Organizações Globo, argumentou que a fusão é necessária para que tanto Sky como DirecTV não fechem as portas no país.

## Osmar defende inclusão de creches no Fundeb

■ Senador diz que governo transformou fundo em “um pesadelo” para os municípios

Osmar Dias (PDT-PR) protestou ontem em Plenário contra a não-inclusão do financiamento de creches na proposta que cria o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O senador defendeu a inclusão da medida na proposta (PEC 415/05), em tramitação na Câmara.

Ao deixar as creches fora do Fundeb, o governo federal teria transformado o fundo em “um pesadelo” para os municípios brasileiros, avaliou o senador. Se o texto original não sofrer



Roosevelt Pinheiro

**RISCO** Segundo Osmar, prefeituras do PDT no Paraná priorizam o ensino integral, a partir das creches

modificações, disse Osmar Dias, os municípios paranaenses, por exemplo, terão que deslocar R\$ 110 milhões de outras áreas para financiar esse serviço. Na sua opinião, a proposta do Fundeb deve incluir as creches para que elas possam receber mais recursos oriundos do governo federal e de incenti-

vos fiscais para empresas.

De acordo com o senador, as prefeituras administradas pelo PDT no Paraná estão priorizando o ensino integral, oferecido a partir das creches. Isso demonstraria um entendimento do partido de que a educação é o “principal instrumento de transformação da sociedade”.

– No Paraná, são 40 prefeituras que se dedicam a implantar o programa de educação integral para mostrar que é possível realizar essa grande obra de construção de um futuro melhor. Será uma grande revolução na educação brasileira se conseguirmos implantar a educação integral – acredita.

Em aparte, Marco Maciel (PFL-PE) elogiou o discurso de Osmar Dias e afirmou que a educação é uma questão fundamental para o país.

## Tião Viana aponta expansão do ensino superior no país

Tião Viana (PT-AC) registrou ontem a expansão do ensino universitário no governo Lula. Segundo o senador, esse resultado se deve a incentivos a programas como o Universidade para Todos (ProUni), que financia estudantes carentes em faculdades privadas.

Tião Viana disse que o país conta hoje com mais nove universidades federais, sendo seis novas instituições e três

consorciadas com estabelecimentos já existentes, como as universidades do ABC e do Triângulo Mineiro.

– Isso é muito para um país que, desde os anos 90, não conseguia consolidar novas universidades devido a problemas, como a falta de recursos.

O senador destacou ainda a consolidação de 36 *campi* universitários, como o Campus Universitário da Floresta, no



Roosevelt Pinheiro

**AVANÇO** Tião Viana destaca que governo Lula criou nove universidades federais

Acre. Ele reconheceu também o trabalho dos ministros da Educação no governo Lula e elogiou a elaboração do Fundeb.

## Efraim cobra melhores salários para professores da UFPB

Ao registrar sua participação no Fórum em Defesa da Educação e do Magistério Superior promovido pelo Sindicato dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) na última semana, o senador Efraim Morais (PFL-PB) – *foto* – cobrou do governo federal

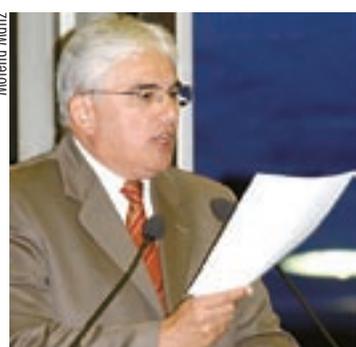
a melhoria salarial dos professores daquela instituição. Segundo o senador, o corpo docente da UFPB recebe um dos menores salários-base oferecidos no serviço público federal, “inferior ao de carreiras que nem sequer exigem diploma de curso superior”.

– O presidente Lula usou e abusou das universidades, dos professores e dos estudantes. Hoje, o presidente Lula se sente realizado com os banqueiros em banquetes – criticou o parlamentar.

O senador Mão Santa (PMDB-PI), em aparte, apoiou a reivin-

dicação de Efraim e disse estar preocupado com a iminência de greve desses profissionais.

Efraim Morais também comunicou ao Plenário a apresentação de requerimento de homenagem à UFPB, que completa 50 anos no dia 2 de dezembro.



Marcos Moraes



**ANALOGIA** Paulo Paim compara a dor-de-cotovelo com a situação vivida pelo Partido dos Trabalhadores

## Paim enaltece a obra de Lupicínio Rodrigues

Paulo Paim (PT-RS) homenageou o cantor e compositor gaúcho Lupicínio Rodrigues, que estaria completando 91 anos de idade. O senador lembrou que o músico, de origem negra, foi o inventor do termo “dor-de-cotovelo”.

– Lupicínio disse não saber por que chamavam dessa forma. Sabia apenas que existia dois tipos de dor-de-cotovelo: a “estadual”, que é a da noite em que se encontra um grande amor e depois fica a saudade; e a “federal” é aquela que não se esquece nunca. É a que se guarda para o resto da vida.

Paim comparou a dor-de-cotovelo do homem traído pela mulher amada à dor causada pela crise política atual, em que se vêem bandeiras históricas defendidas pelo Partido dos Trabalhadores sendo embaladas nos braços de outras agremiações. Ele foi apartado por Ideli Salvatti (PT-SC) e Arthur Virgílio (PSDB-AM).

## CPI da Emigração vota a quebra de sigilos de prefeito

A CPI da Emigração Ilegal deve votar hoje, às 11h, entre outros requerimentos, pedidos da quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do ex-prefeito de Divino das Laranjeiras (MG), Edson Bodola, e do prefeito de São Félix de Minas (MG), Wanderley Vieira de Souza. Eles são acusados de ligação com quadrilhas que favorecem a entrada ilegal de brasileiros nos Estados Unidos.

Para o senador Marcelo Crivella (PL-RJ), presidente da comissão, é importante que as quadrilhas de “coiotes” sejam desarticuladas.

# Arraes será homenageado amanhã pelo Congresso

■ Requerida pelo senador Sérgio Guerra, sessão solene será realizada às 11h, no Plenário da Câmara

O Congresso Nacional homenageará amanhã, às 11h, em sessão solene, a memória do ex-governador e ex-deputado federal Miguel Arraes. Ele morreu no último dia 13 de agosto, na cidade do Recife, em decorrência de infecção pulmonar e renal. Estava no exercício de seu terceiro mandato na Câmara dos Deputados.

Miguel Arraes de Alencar nasceu em 15 de dezembro de 1916 em Araripe (CE). Era formado em Direito e, ape-



**MEMÓRIA** Miguel Arraes, que foi três vezes governador, morreu quando exercia mandato de deputado

sar de ser cearense, foi em Pernambuco que iniciou e construiu sua carreira política. Começou a vida pública em 1948, quando foi nomeado secretário estadual da Fazen-

## Senado lembra os 103 anos do nascimento de Juscelino

O Plenário do Senado aprovou ontem voto de lembrança pela passagem dos 103 anos de nascimento do presidente Juscelino Kubitschek, ocorrido no dia 12 de setembro de 1902 em Diamantina (MG). O requerimento de homenagem foi apresentado pelos senadores Tião Viana (PT-AC), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Marco Maciel (PFL-PE), entre outros.

Ao registrar, em discurso, os 103 anos do construtor da nova capital do país, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) disse que a data foi comemorada ontem

com uma missa no mesmo local onde foi realizada a primeira missa em Brasília. Estiveram presentes autoridades de Brasília e Anna Christina Kubitschek, neta de Juscelino e esposa do senador.

Em seu pronunciamento, Paulo Octávio falou da trajetória do ex-presidente, lembrando que Juscelino Kubitschek, filho de uma professora primária e de um caixeiro-viajante de Diamantina, conseguiu diplomar-se pela Faculdade de Medicina de Minas Gerais, depois de ter iniciado sua vida profissional como telegrafista. Foi coronel-médico da Polícia

da do governo Barbosa Lima Sobrinho.

Dois anos após, elegeu-se pela primeira vez deputado estadual e, em 1962, governador de Pernambuco, sendo deposto pelo golpe militar de 1964. Depois de 14 anos de exílio, retornou ao Brasil e conquistou novamente, em 1983, uma cadeira de deputado federal – cargo que viria a ocupar em mais dois mandatos – e o governo do estado, em duas eleições (1987-1990 e 1995-1998).

O requerimento propondo a realização da sessão solene é assinado por vários parlamentares, tendo como primeiro signatário o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE). A sessão acontecerá no Plenário da Câmara dos Deputados.



**JORNADA** Paulo Octávio relata ao Plenário carreira política do fundador de Brasília

Militar mineira. JK, segundo o parlamentar, começou na vida pública como chefe de gabinete do governador Benedito Valadares, sendo depois eleito deputado federal por duas vezes, senador, prefeito de Belo Horizonte, governador do estado de Minas Gerais e presidente da República.

## Jucá destaca associação comercial de RR

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) registrou ontem, em Plenário, a passagem dos 61 anos da Associação Comercial e Industrial de Roraima, comemorados na última quarta-feira, dia 7, em solenidade na cidade de Boa Vista, capital do estado.

Na cerimônia, disse o senador, os empresários e políticos presentes lembraram episódios da criação do estado de Roraima e o papel da associação comercial no desenvolvimento e estruturação daquela unidade da federação.

– A associação comercial teve e tem um papel fundamental na discussão dos destinos de nosso estado, um estado em implantação, que busca sua vocação econômica e que tem desafios sociais imensos – afirmou o parlamentar.

## Valadares exalta atuação do padre Arnóbio Melo

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou requerimento de voto de pesar pelo falecimento do padre Arnóbio Patrício de Melo, ocorrido no último dia 8, em Aracaju. O sacerdote era responsável pela paróquia da Igreja de N.S. do Perpétuo Socorro desde 1981.

– Religioso, cidadão querido e amado em Sergipe e por onde passou, deixando obra e trabalhos que tornaram sua passagem neste mundo exemplo para todos os jovens, este foi o padre Arnóbio.

Natural de Camucim de São Feliz (PE), padre Arnóbio cursou Filosofia na Universidade Católica de Pernambuco e bacharelou-se em Teologia pelo Instituto Teológico Pio XI, em São Paulo.

De acordo com o senador, o sacerdote redicou-se em Sergipe em 1966, tendo sido secretário municipal de Educação e secretário-geral do Conselho de Cultura, além de vereador durante 12 anos.

Em outro requerimento, Valadares prestou homenagem ao médico João Marcelo Vila Boas, de 56 anos, falecido também no último dia 8, em Aracaju.

## Conselho da Mulher comemora duas décadas

O Senado promove sessão especial nesta quinta-feira, às 11h30, para celebrar os 20 anos de criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). O órgão, vinculado ao Ministério da Justiça, tem a finalidade de promover políticas de combate à discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades

políticas, econômicas e culturais do país.

O requerimento para a realização da sessão, de autoria da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), está inserido em uma programação que engloba outros eventos. Também na quinta, às 15h, haverá um painel sobre “O papel dos conselhos e controle social”, no Auditório Wladimir Murinho, localizado no subsolo do Palácio do Itamaraty. No

mesmo local, às 19h, haverá uma confraternização.

Na sexta-feira, às 15h, ocorre o lançamento do programa Mulher e Ciência – uma parceria entre a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e o Ministério da Educação, com o objetivo de incentivar a produção científica sobre as relações de gênero. O evento será no auditório do MCT.